

PLANHORT

Deputado ouve lideranças do setor

Designado pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural relator do projeto de Lei (174/2011) que institui o PlanHort – Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros e fixa normas gerais para os entrepostos públicos de abastecimento alimentar, o deputado federal Junji Abe (PSD-SP) intensificou a coleta de subsídios visando aperfeiçoar a proposta. O objetivo do parlamentar é garantir ao parecer a ser elaborado profundidade e abrangência esperadas pelos diferentes elos da cadeia produtiva, que também podem ajudar a superar pontos de atrito existentes no texto.

O primeiro debate reuniu lideranças de categorias que atuam na unidade paulistana da Ceagesp – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, o maior complexo da América Latina. “Estou aqui para colher informações e sugestões que estudarei criteriosamente no sentido de inserir no parecer a ser apresentado”, explicou Junji que também preside a Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutigranjeiros, além de ser empresário rural e registrar um histórico de mais de 40 anos como líder agrícola.

Organizado por Robson Coringa, presidente do Sincaesp – Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo, a reunião realizada nesta quinta-feira (04/07/2013), contou com a participação de Cláudio Simões Furquim Leite Júnior, diretor da Apesp – Associação dos Permissionários do Entreposto de São Paulo, Mario Marcos, vice-presidente do Sindicar – Sindicato dos Carregadores Autônomos de Hortifrutigranjeiros e Pescados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo e Milton Minoro Inada Júnior, diretor-executivo da Acaesp – Associação dos Comerciantes Atacadistas de Pescados do Estado de São Paulo.

Como assinalou Junji, “a essência do projeto é muito boa”, porque trata a questão do abastecimento de modo profissional. “É de extrema importância para melhorar a tão carente rede de entrepostos públicos. Contempla as expectativas de reforma, ampliação e construção de modernas unidades, reivindicadas há tempos por todos os elos da



cadeia produtiva para garantir a qualidade dos produtos, menores custos e atendimento eficiente ao consumidor”, evidenciou.

Seguindo seu conceito de atuação participativa, Junji trabalhou junto à consultoria técnica da Casa na elaboração de uma minuta de parecer sobre o projeto. O texto foi encaminhado às diversas entidades ligadas ao setor para que se manifestassem. Na etapa atual, o deputado vem fazendo contatos pessoais com lideranças que desejam contribuir com a proposição.

Segundo Junji, que também faz parte da Frente Parlamentar em Defesa das Centrais de Abastecimento Interno – Ceasas, é preciso mergulhar os entrepostos públicos de todo o Brasil num “banho de modernidade”, capaz de compensar mais de meio século de atraso estrutural

e operacional das unidades que funcionam com “assombrosa precariedade” em prejuízo da cadeia produtiva completa – dos produtores aos consumidores.

O deputado ressaltou o fato de a proposição contar com o apoio maciço das entidades classistas ligadas às centrais de abastecimento e aos produtores rurais. O projeto que institui o PlanHort envolve desde o estímulo à produção e ao consumo de hortaliças, frutas, flores, plantas ornamentais e medicinais, produtos alimentícios naturais e perecíveis, pescados e víveres até ações para promover o desenvolvimento e a difusão de técnicas e boas práticas de produção, transporte, embalagem, armazenagem e comercialização dos produtos naturais.

Além de prever a construção de novos entrepostos públicos, revitalização e ampliação dos

atuais, o projeto também determina que cada unidade disponha de áreas livres a serem destinadas ao produtor rural e suas organizações. Também determina a adoção de um sistema unificado de informações que proporcione o desenvolvimento integrado do setor e a formulação de políticas adequadas, entre outras medidas catalogadas por Junji como “indispensáveis à valorização do agronegócio e o devido zelo pelo bem-estar do consumidor”.

Parceria

O deputado ressaltou que para a construção e operação de mercados “não adianta esperar do poder público. É preciso juntar a categoria e captar empreendedores interessados em uma PPP – parceria público-privada. O governo entra com linhas de financiamento e deixa a iniciativa privada trabalhar em conjunto com as categorias do setor”, orientou o deputado federal Junji Abe, crítico contumaz da inoperância de órgãos públicos na gestão das centrais de abastecimento.

Se ficar a cargo da iniciativa privada, a operação das centrais de abastecimento ganhará dinamismo, eficiência e os esperados investimentos, como acredita Junji. A legislação, completou ele, se encarregaria de garantir a participação direta dos agentes da cadeia produtiva. Para ilustrar, o deputado citou a ocupação das futuras unidades decorrentes de PPP. Hoje, os permissionários ou

concessionários são definidos por meio de concorrência pública, ganhando o espaço quem paga mais por ele.

De acordo com Junji, o projeto em exame poderia estabelecer que a regra de ocupação dos entrepostos considere, como item prioritário, a tradição do interessado na atividade mercadológica, prevendo, por exemplo, cinco anos de experiência comprovada. “Seria um meio de resguardar o lugar de quem entende do ramo, tem competência para atuar numa central de abastecimento e não é um simples aventureiro”. Já a concorrência simples, baseada na oferta de melhor preço pelo espaço, valeria para instituições como bancos, restaurantes, lanchonetes e lojas de insumos, entre outros, segundo o parlamentar.

Perfil

O projeto de Lei que institui o PlanHort traz um panorama da representatividade econômica das centrais de abastecimento. São 72 entrepostos públicos ocupando área total superior a 13 milhões de metros quadrados (m²) para acolher 442 pavilhões onde 11 mil empresas e cerca de 22 mil produtores rurais – a maioria da agricultura familiar, atuam na comercialização de seus produtos.

Dados da Abracen – Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento dão conta de que o sistema gera aproximadamente 200 mil empregos diretos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atesta que, em 2008, foram comercializados 18 milhões de toneladas de frutas, legumes e verduras, movimentando cifras da ordem de R\$ 20 bilhões.

O autor assinala que “os entrepostos públicos de abastecimento alimentar são indispensáveis na formação de preços de produtos sujeitos a variações quase diárias, porque concentram, no mesmo espaço físico, o produtor e o atacadista incumbidos da distribuição ágil de alimentos perecíveis”.

De acordo com a proposição, caberá ao Poder Público Federal estabelecer diretrizes uniformes para os regulamentos de mercado, que deverão reger as relações entre as administrações dos entrepostos e seus usuários. Atualmente, com exceção da Ceagesp e da Ceasa Minas, ainda sob gestão da União, os demais entrepostos são estaduais ou municipais.

